



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

CRISE, CONTRARREFORMAS E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Soraia de Carvalho¹
Paulo Jackson Garcez Santos²
Maria Luíza Almeida Barroso³
Letícia Gabrielle Lima da Costa e Silva⁴
Júlia Lucas Correia⁵
Thiago Henrique da Silva⁶
Priscila Serafim de Andrade⁷
Amanda Belarmino Couto⁸
Sabrina Duarte Correa⁹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar a intensificação da mercantilização e desnacionalização da Educação Básica a partir da aprovação da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017). Situa o fenômeno no processo de privatização da Educação, de forma geral, com a financeirização e monopolização do setor. Relaciona com a ofensiva do capital diante da crise capitalista mundial e seus efeitos no Brasil.

Palavras-chave: contrarreformas, crise, financeirização, mercantilização, educação.

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de analisar a intensificação da mercantilização e desnacionalização da Educação Básica a partir da aprovação da Reforma do Ensino Médio, a Lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017). Situa o fenômeno no processo de privatização da Educação, de forma geral, com a financeirização e monopolização do setor. Relaciona com a ofensiva do capital diante da crise capitalista mundial, que teve seu epicentro em 2008, nos Estados Unidos, mas impacta o Brasil de forma mais contundente a partir de 2014.

1 Professor com formação em outras áreas, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Soraiadecarvalho@hotmail.com.

2 Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Soraiadecarvalho@hotmail.com.

3 Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Soraiadecarvalho@hotmail.com.

4 Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Soraiadecarvalho@hotmail.com.

5 Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Soraiadecarvalho@hotmail.com.

6 Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Soraiadecarvalho@hotmail.com.

7 Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Soraiadecarvalho@hotmail.com.

8 Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Soraiadecarvalho@hotmail.com.

9 Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: Soraiadecarvalho@hotmail.com.

Mostra que, ante a crise de superprodução, a massa de capitais acumulados não pode voltar à produção, o que justifica o mecanismo da financeirização, mas também da busca de novos campos para valorização, o que condiciona a mercantilização de várias esferas da vida social, dentre elas a Educação.

O trabalho se desdobra na exposição do surgimento das grandes corporações de educação privada no Brasil e a atuação decisiva do Estado brasileiro que, por meio de contrarreformas, amplia o financiamento direto e indireto às instituições de ensino privado, sobretudo por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e Programa Universidade Para Todos (Prouni). Mas também com a compra de produtos e serviços como os sistemas de ensino, pacotes de gestão, apostilamento, equipamentos para escolas e estudantes (a exemplo dos *tablets*), dentre outros. Destaca o papel do Ensino a Distância (EaD) como espaço privilegiado de esvaziamento do conteúdo da educação e radicalização de seu aspecto mercantil.

A pesquisa foi feita de forma coletiva nos marcos do projeto de extensão intitulado "Bora Ocupar: contrarreformas na Educação e a resistência das ocupações". A busca das causas que levaram os estudantes das escolas públicas do Recife a se somarem à onda de ocupações de escolas protagonizada pela juventude, no ano de 2016, garantiu a conexão com as atividades de ensino e pesquisa. A partir da denúncia dos ex-ocupantes sobre o caráter privatista da Medida Provisória 746/2016¹⁰, a equipe do projeto buscou compreender as particularidades do processo de privatização na Educação Básica, sua conexão com o capital monopolista e as vias pelas quais o Estado é capturado por estes interesses.

A pesquisa adotou o método materialista histórico e dialético, buscando as múltiplas determinações do fenômeno, compreendendo que a mercantilização da educação básica tem como base as contradições que emanam do modo de produção capitalista, com suas crises cíclicas (MANDEL, 1985) e na movimentação do Capital para buscar reverter a lei da queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 1985, pp. 163-200). Consultou a literatura que trata do processo de mercantilização da educação no Brasil a partir dos governos eleitos após a ditadura militar, com ênfase nos impactos sob a Educação Básica após o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Além disso, houve uma pesquisa coletiva no site do jornal Valor Econômico aplicando o filtro "Educação" e a categoria "empresas" de 2014 a 2019, totalizando 2.312 notícias e no site da Hoper educacional, com 146 notícias de veículos variados. Das 2.458 notícias, selecionamos 75 que consideramos mais relevantes para

¹⁰ Conforme depoimento da ex-ocupante Maria Katarina, presente no filme "Bora Ocupar": um documentário sobre as ocupações de escolas e Recife (CARVALHO, 2018). "A gente começou a saber que em 20 anos o governo ia congelar os gastos em saúde, educação, emprego, essas coisas, por 20 anos. [...] E a gente fez "não, isso vai atingir a gente totalmente, como assim, a gente vai ser cortado o ensino público e a iniciativa privada vai tomar conta de tudo durante 20 anos. [...] Depois de um tempo surgiu a MP, que era a Reforma do Ensino Médio, dizendo que a gente ia perder matérias de Filosofia, de Sociologia, pra ter um currículo totalmente técnico [...]. Então a gente fez "não, minha gente, isso é um absurdo, fora a gente ter 20 anos de congelamento de gastos, ainda vai ter redução do nosso pensamento".

analisar o fenômeno da mercantilização e desnacionalização da educação básica e suas tendências, no corpo deste artigo, porém, selecionamos um número menor. Buscamos também as legislações que tiveram impactos mais significativos na movimentação do negócio da educação. O que apresentaremos neste texto ainda são resultados parciais.

Crise e movimentações no negócio da Educação

Marx (1985, p. 161-200) revelou em *O capital* a lei da queda tendencial da taxa de lucro, decorrente do desenvolvimento da força produtiva social do trabalho. Como a produção capitalista é voltada para a obtenção de lucro e não para a satisfação das necessidades humanas, uma maior produtividade leva ao choque entre as forças produtivas e as relações de produção, pois reduz a participação da força de trabalho na composição do Capital. Porém, pela dinâmica da concorrência, um capitalista, ou um grupo capitalista, busca aumentar a produtividade para ganhar uma vantagem relativa em relação aos demais. Os outros, para se manterem na concorrência, buscam igualar ou superar a inovação trazida. Dessa maneira, a composição orgânica do capital é aumentada. A alta capacidade de produzir mercadorias não é acompanhada pela ampliação do mercado para que, na circulação, a mais-valia seja realizada. Pelo contrário, quanto mais se ampliam os meios de produção, mais produtivo o trabalho e menos força de trabalho é necessária. O que leva à produção de uma população excedente (desempregada). Os mecanismos artificiais de contratendência, como o crédito e sociedade por ações não são capazes de impedir que, de tempos em tempos, a sociedade capitalista seja convulsionada por crises de superprodução.

A concentração do capital e o estreitamento do mercado mundial, levam à transformação do capitalismo concorrencial em monopolista. Nesta fase, denominada por Lenin (2012) como imperialismo, forma-se uma oligarquia financeira. Tal fração de classe é importante para entendermos nosso objeto, pois é precisamente a oligarquia financeira, que expressa o capital financeiro, que impulsiona o processo de mercantilização e desnacionalização da Educação.

O monopólio, uma vez constituído e controlando bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em *todos* os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra 'particularidade' (LENIN, 2012, p. 87).

Este poder subordina os Estados (LENIN, 2012, p. 115), sobretudo os dos países semicoloniais, que são formalmente independentes, do ponto de vista político, mas que "na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática" (LENIN, 2012, p. 119). Vemos nas ações do Estado brasileiro no período analisado esta subordinação operando, apesar das grandes variações entre governos abertamente

neoliberais, nacional-reformistas, fruto de eleições ou golpes parlamentares, situados no espectro da esquerda da política burguesa ou na extrema-direita.

Por trás da superprodução de mercadorias está a superacumulação de capitais. O Estado é capturado, nas palavras de Netto (1996, p.24) pela burguesia monopolista que pode se valer em determinadas circunstâncias de mecanismos de democratização da vida sociopolítica. Assim, algumas demandas dos trabalhadores podem ser atendidas, na medida em que possam "ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros" (NETTO, 1996, p.24). Vimos, por exemplo, sob os governos do Partido dos Trabalhadores, a demanda pela democratização do acesso e permanência no Ensino Superior foi atendida parcialmente, porém garantindo prioritariamente o atendimento ao setor privado de educação sob os auspícios do capital financeiro.

A democratização, porém, não segue um caminho linear. Pelo contrário, a fase imperialista abriga também as tendências fascistas, fruto das crises, quando o capital abre mão das formas de governo apoiadas na conciliação de classes ou em formas intermediárias, como o bonapartismo em que a autonomia relativa do Estado é exacerbada e usa-se os mecanismos ditatoriais presentes nas constituições burguesas para instituir formas ditatoriais de governo no interior de regimes democráticos (TROTSKY, 2018).

Atualizando o problema da superacumulação de capitais, Mandel (1985) afirma que a supercapitalização é uma característica básica do que denomina como "capitalismo tardio", "um desenvolvimento ulterior da época imperialista" (MANDEL, 1985, p.5). Parte significativa do capital acumulado não consegue valorização na produção e passa a penetrar nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução (MANDEL, 1985, p. 272), o que condiciona um movimento voraz por mercantilizar mais aspectos da vida social.

Esta movimentação da esfera da produção para a financeira e de serviços pode ser exemplificada com a trajetória da empresa Bahema. Fundada em Salvador, em 1953, atuava na venda de implementos agrícolas. Depois, comprou participações no Unibanco, na fábrica de fertilizantes Manah e na autopeças Mahle Metal Leve. Em 2016, o redirecionamento para transformar a Bahema em uma *holding* da educação salvou a empresa do fechamento, segundo seu proprietário. A busca do lucro com a expectativa de uso dos recursos públicos é revestida por um discurso social:

Apesar dos números revelarem a racionalidade por trás dos investimentos, Ferreira Filho diz que a decisão foi tomada devido ao impacto social. "Você vê o caminhão de dinheiro que o governo colocou no ensino superior via Fies e ProUni. Acho que esse dinheiro no ensino básico faria muito mais diferença", diz (CARRANÇA e MACHADO, 2017).

A escolha da Bahema pela educação básica se deve ao avançado estágio de financeirização e monopolização do Ensino Superior. A vitória dos setores privatistas na Educação não é novidade no Brasil, mas o negócio da Educação que atrai capitais

estrangeiros é um fenômeno que desenvolve suas bases nos anos 1990 e se impõe com mais força nos anos 2000 e 2010.

Antecedentes de mercantilização no Ensino Superior

Foi sob os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas aumentaram em 110,8%. A criação do Exame Nacional de Cursos, que estabelecia um ranking entre das instituições foi fundamental para a justificativa de que o dinheiro público poderia ir para o setor privado desde que este comprovasse sua “qualidade” (TRAINA-CHACON e CALDERÓN, 2015). Um marco na expansão foi o decreto 2.207/1997 (Brasil, 1997) que formalizou que as instituições privadas poderiam permanecer como filantrópicas ou ter fins lucrativos. Das medidas aprovadas pelo Governo Lula, as mais significativas são o Prouni - Lei nº 11.096/2005 (BRASIL, 2005), que oferece isenção fiscal a instituições de ensino com fins lucrativos em troca de bolsas para alunos de baixa renda.

O impulso à financeirização da educação, porém, veio de fora. Foi nos anos 1990 que instituições de ensino norte-americanas passaram a ter ações negociadas na Bolsa de Valores. Os mesmos grupos que se destacam nos noticiários dos negócios da Educação como Devry e Apollo são pioneiros nesta movimentação.

No Brasil, no início dos anos 2000, grupos norte-americanos passaram a comprar parte de empresas educacionais locais. Em 2007, ocorreu a primeira abertura de capital de uma empresa educacional da bolsa de valores. A captação de recursos nas bolsas e com fundos de investimento garantiu a onda de fusões e aquisições. Processo que expressa que ao ser transformada em mercadoria, a educação passa a ser regida pela tendência à concentração e centralização do capital, tende à monopolização. Em 2002, os vinte maiores grupos educacionais do Brasil possuíam 14% do mercado. Ao fim de 2015, doze grupos agregavam 43,9% das matrículas (SCRIVANO, 2016).

A trajetória da megacorporação Kroton, que de 2008 a 2018 cresceu dez vezes e atingiu o faturamento de R\$7,5 bilhões e quase 1 milhão de alunos mostra como opera o capital financeiro por trás das grandes marcas. Foram várias aquisições e fusões ao longo destes anos, sendo uma das mais significativas a com o grupo Anhanguera, em 2014. A tentativa de fusão com a Estácio, a segunda maior, enfrentou vários obstáculos e após 390 dias de negociações, entre 2016 e 2017, foi rejeitada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), provavelmente por interesses de outros grupos da educação como o Ser Educacional, que influenciaram na decisão para impedir a formação de uma companhia de R\$ 30 bilhões e 1,5 milhão de alunos. O interessante é que por trás das duas grandes marcas operam os mesmos fundos de investimento como Oppenheimer e Black Rock.

O fundo público na formação das corporações de ensino

Apesar das cifras bilionárias movimentadas nas bolsas de valores, o fermento para turbinar as corporações educacionais veio mesmo do fundo público. O crédito educativo criado sob a ditadura militar foi remodelado por FHC e ampliado por Lula, dando origem ao FIES.

A Lei do FIES previa o financiamento de até 70% dos encargos educacionais de estudantes em cursos de IES não-gratuitas com avaliação positiva pelo MEC, recebendo as IES títulos da dívida pública utilizáveis no pagamento de obrigações previdenciárias junto ao INSS ou negociáveis com outras pessoas jurídicas (DAVIES, s/d)

Não por acaso, o maior volume de notícias encontradas tratava-se do Fies. Seja analisando como o crescimento do setor privado da educação foi amparado neste programa como pelos efeitos diretos de qualquer modificação no programa nas ações das empresas educacionais.

Em 2014, apesar do cenário de crise econômica e política em torno das eleições, o presidente da Kroton, Rodrigo Galindo mostrava confiança na manutenção do Fies independente dos resultados, amparado na aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), cuja meta de destinação de 10% do PIB para a educação até 2014 incluía a manutenção do Fies e Prouni (SOUSA, 2014)..

Nos últimos dias de 2014, porém, o governo Dilma alterou as regras do Fies, restringindo o acesso ao programa. O ajuste fiscal aplicado em 2015 levou a uma perda de R\$10,5 bilhões no orçamento do Ministério da Educação (MEC). O comprometimento das Universidades Federais foi significativo, levando a uma forte greve, mas o que os jornais mais lamentavam era que o Fies e Pronatec haviam sido afetados (SALDAÑA, 2016). No caso do FIES, em 2015, houve uma queda de 57% em número de contratos, comparado com 2014, caindo de 731,7 mil para 313 mil. O volume gasto, porém, caiu apenas 16%, passando de R\$ 13,7 bilhões, em 2014 para R\$ 12 bilhões em 2015. Reportagem da CBN indicava o grau da dependência das quatro maiores empresas educacionais em relação ao Fies na graduação: Kroton (61,2%), Ânima (48,2%), Ser Educacional (47,5%) e Estácio (42,3%). O quadro foi agravado pelo cenário de recessão econômica e ampliação do desemprego, sobretudo entre jovens.

A resposta das corporações à queda no valor de suas ações foi avançar no Ensino a Distância (EaD), aumentar a fatia do capital estrangeiro em suas empresas, promover reestruturações com "renegociação de contratos de aluguel dos campi e com fornecedores, maior adesão ao Prouni, otimização de alunos por sala de aula e campi, demissão de professores, migração de cursos anuais para semestrais e controle da evasão" e passar a oferecer linhas próprias de crédito sem juros (MACIEL, 2015).

O ano de 2016 abriu com queda nas ações das empresas de educação no Ibovespa por conta dos dados da alta inadimplência no FIES, mas já em fevereiro foi anunciado que o MEC “fez as pazes” com as “universidades” (KOIKE, 2016b), o que imediatamente fez as ações subirem. Mesmo com concessões, a exigência de que o estudante atingisse 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), não zerasse a redação e tivesse renda familiar inferior a 2,5 salários mínimos per capita, somada ao peso da crise econômica na decisão dos jovens quanto a contrair uma alta dívida para estudar, fez com que o Fies quase metade das 250 mil vagas ofertadas no primeiro semestre de 2016 ficassem ociosas.

O segundo semestre foi aberto com Michel Temer na presidência, após o afastamento de Dilma do cargo. O pedido de elevação da faixa de renda foi atendido, subindo para três salários mínimos (JUBÉ e PERES, 2016). Somados aos contratos já vigentes, no momento o Fies atendia 2,1 milhões de estudantes, dos quais 25% estavam nas quatro maiores empresas.

Em 2017, o governo Temer anunciou o "Novo Fies" com uma queda de 40% em novos contratos, redução do valor das mensalidades para até R\$5mil. Com isso, o custo do FIES ficaria por R\$20 bilhões em 2017. Foi anunciado também que, a partir de 2018, as faculdades deveriam ampliar seu aporte para o fundo garantidor acionado em caso de inadimplência, passando de 6,5% da mensalidade para 13%.

O Censo da Educação apontou a queda das matrículas feitas por meio do Fies de 1,226 milhão, em 2016, para 1,070 milhão, em 2017. Ao mesmo tempo, porém as matrículas via ProUni subiram 13,1%, passando de 538.708 para 609.434, o que garantiu que 46,3% das matrículas na rede privada tivessem algum tipo de subsídio público (bolsa/financiamento), número ligeiramente superior a 2016 (SIMÃO, 2018).

Com a aprovação da Reforma trabalhista, a Estácio anunciou a demissão de até 15 mil professores (KOIKE, 2017c), mostrando como outras medidas que favorecem a burguesia de forma geral, também são utilizadas pelos capitalistas da educação. Houve batalhas judiciais para reverter as demissões, mas foram recorrentes em vários grupos privados as demissões massivas e contratações com salários inferiores e menos direitos trabalhistas.

Em 2018, a queda no FIES teve sequência e ao fim do ano, o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes) sentenciou que o número de 80,3 mil novas vagas preenchidas em 2018 atestavam o fracasso do programa (KOIKE, 2018b). As barreiras à manutenção das elevadas taxas de lucros obtidas no auge do Fies haviam sinalizado a necessidade de ampliar a fronteira da mercantilização e desnacionalização para a educação básica.

As particularidades da privatização da Educação básica

Conforme os Censos da educação básica e do ensino superior do MEC/2016, a Educação Básica tem 81,6% dos seus 48,8 milhões de alunos na rede pública. Enquanto no Ensino Superior o quadro é invertido. São 75% dos 8 milhões de estudantes na rede privada. Em relação às instituições, neste nível, 87,7% dos estabelecimentos são privados, enquanto na educação privada são apenas 21,5%. As 40 mil escolas privadas indicam um cenário de pulverização, ou seja, um novo campo para as fusões e aquisições. Com um ciclo de estudos que pode se estender por 12 anos, ampliáveis para 15 com a educação infantil, a receita do segmento é estimada em R\$100 bilhões, quase o dobro da receita do ensino superior privado em 2017, conforme a Hoper.

A condição de pobreza e miséria a que está submetida a maioria das crianças e jovens no Brasil não permite uma privatização via cobrança de mensalidades, mas se manifesta na rede pública com a venda de sistemas de educação, com apostilas, consultorias, sites, aplicativos, livros didáticos e outros serviços. Percebemos que o volume de negócios na Educação básica vai se acentuar no contexto de aprovação da Reforma do Ensino Médio. O setor passou a ser rondado por administradores de fundos como o Carlyle, grandes capitalistas que também atuam na educação como Paulo Lemann (dono da Burger King, Heinz e Budweiser) e até o ex-jogador de futebol Zico (KOIKE, 2017b). A Kroton protagonizou o negócio mais volumoso ao criar a *holding* Saber e adquirir a Somos, tornando-se líder nos dois segmentos. Mais importante do que os 44 mil estudantes da rede privada da Somos é o negócio de sistemas de ensino e livros didáticos, que abarca o sistema Anglo e as editoras Ática, Scipione e Saraiva e chega a cerca de 40 milhões de estudantes da rede pública (CUNHA, 2018).

Apesar de a fatia *premium* do setor privado ser a mais visada, com as mensalidades acima de R\$2 mil, a continuidade da crise faz o mercado, em 2018, investir em opções com mensalidades mais baixas (KOIKE, 2018a). Sabem que muitas famílias reduzem seu padrão, mas oferecem uma saída intermediária antes de voltarem à escola pública.

A padronização da Educação básica que acompanha a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) guardam íntima relação com as necessidades das corporações educacionais fornecerem seus serviços e disputarem a gestão das escolas. Outro aspecto que merece ser mencionado é o favorecimento ao EaD.

Caminho livre para o Ensino a Distância na Educação Básica

O Ensino a Distância expressa de forma mais pura a transformação da educação em mera mercadoria e esvaziamento radical da educação como transmissão de conhecimento de uma geração para outra e ampliação deste conhecimento. O crescimento

da modalidade tem sido vertiginoso no ensino superior. De 2005 a 2015, cresceu 680%. Desde 2014, as notícias mencionam a aspiração dos grupos de educação privada para ampliar seus polos e oferta desta modalidade de ensino superior. Medidas de flexibilização foram sendo aprovadas, mas a mais significativa foi decretada pelo MEC, em 2017, permitindo que instituições atuem exclusivamente em EaD eliminando exigências como a existência de bibliotecas e laboratórios físicos, de vistoria do MEC para a abertura de novos polos e estabelecendo um forte aumento de polos conforme a nota obtida pelos grupos de educação no Enade. Para os que alcançam a nota 3, podem ser abertos 50 polos por ano; nota 4, 150; e nota 5, 250. Com a Reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017, o Ensino a Distância passou a ser permitido na Educação Básica (BRASIL, 2017) e a regulamentação do Conselho Nacional de Educação, em 2018, estabeleceu ao máximo de 20% no ensino médio diurno, 30% no noturno e 80% na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A eleição de Jair Bolsonaro aponta para a continuidade do avanço da EaD na educação básica.

Os dois pilares do programa de educação do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL) —a expansão do ensino a distância para crianças a partir de seis anos e o uso de vouchers nas universidades—, geram dúvidas em relação aos custos e desconfiança quanto a possíveis conflitos de interesse de membros da campanha que são ligados à empresas de ensino a distância (LIMA e CUNHA, 2018).

Considerações finais

Apresentamos, neste artigo, a relação entre as crises capitalistas e a movimentação do capital em busca de novos campos de valorização. Por vivenciarmos a etapa monopolista do capitalismo, vimos como a resposta à queda tendencial da taxa de lucro é dada com uma ofensiva contra o trabalho, com a retirada de direitos sociais e trabalhistas e a mercantilização de todos os poros da vida social. Para melhor compreender o cenário de privatização na Educação básica em meio à aprovação da Reforma do Ensino Médio, procuramos situá-lo no processo mais geral que a educação vem sofrendo.

Por mais que os grupos que agora disputam a Educação Básica sejam os mesmos que já partilham o ensino superior, evidenciamos a particularidade deste nível que concentra um maior número de estudantes, mas pelo limite imposto pela pobreza não pode ter uma privatização direta com cobrança de mensalidades. Predomina então a disputa pelas fatias mais rentáveis, com altas mensalidades, mas sobretudo o fornecimento de serviços à rede pública.

Mostramos também como o Ensino a Distância, regulamentado após a Reforma do ensino médio agora tem o caminho aberto para chegar ao Ensino Médio, radicalizando o esvaziamento da educação e transformação em mera mercadoria. A escolha de acompanhar as notícias da mídia monopolista, em especial o jornal Valor Econômico, teve como propósito acompanhar a percepção do veículo mais ligado ao capital financeiro sobre

o negócio da educação, suas movimentações, disputas, relações com o Estado e tendências. A sistematização feita até aqui ainda avançará no trabalho coletivo desenvolvido como projeto de extensão.

Além disso, em um contexto de profundos ataques à Educação que vão muito além dos aspectos econômicos, compreender a raiz de classe destes ataques contribui para o desenvolvimento de ações coletivas de resposta para que a percepção da dimensão da mercantilização da Educação leve os movimentos sindical, popular e estudantil a se fortalecerem para enfrentar tal cenário na defesa da Educação, para que esta não seja mais uma mercadoria.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Luciana. Ensino superior a distância avança e valores caem. *Estadão*, São Paulo, 11 jun. 2017. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,ensino-superior-a-distancia-avanca-e-valores-caem,70001884866> Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Decreto 2207. 15 abr. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm; Acesso em 22 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.096, 13 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 13.415, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em 22 mai. 2018.

CARRANÇA, Thais e MACHADO, Juliana. Bahema busca sócio para se firmar na educação básica. *Valor econômico*, São Paulo, 10 abr. 2017. Disponível em <https://www.valor.com.br/empresas/4932598/bahema-busca-socio-para-se-firmar-na-educacao-basica>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de.; LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. Finanças públicas, renúncia fiscal e o PROUNI no Governo Lula. *Impulso*, Piracicaba: UNIMEP, v. 16, n. 40, p. 93-104, maio/ago. 2005.

CARVALHO, Soraia de. "Bora Ocupar": um documentário sobre as ocupações de escola. Recife, 2018. Filme. 55 min.

CAVALCANTI, Glauce. Compra da soma por R\$ 4,5 bi reforça consolidação na educação básica, um mercado de R\$ 100 bi. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 Abr. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/compra-da-soma-por-45-bi-reforca-consolidacao-na-educacao-basica-um-mercado-de-100-bi-22621064> Acesso em: 10 jun. 2019.

CUNHA, Joana. Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml> Acesso em: 10 jun. 2019.

DAVIES, Nicholas. O financiamento público às escolas privadas. Disponível em: <http://www.redefiniciamento.ufpr.br/antigo/nic7.htm>. Acesso em 23 fev. 2018.

JUBÉ, Andrea e PERES, Bruno. Fies terá 75 mil vagas no segundo semestre e faixa de renda maior. *Valor econômico*, Brasília, 17 Jun. 2016. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/4603617/fies-tera-75-mil-vagas-no-segundo-semester-e-faixa-de-renda-maior> Acesso em: 10 jun. 2019.

KENJI, Alan. Kroton Educacional: "Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse". Entrevista concedida a André Antunes do portal EPSJV/Fiocruz em 27 abr. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578444-kroton-educacional-em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca-social-tao-concentrada-como-esse>. Acesso em 20 jul. 2018.

KOIKE, Beth. Inadimplência no Fies leva à queda das ações no setor de educação. *Valor econômico*, São Paulo, 08 Jan. 2016a. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/4383964/inadimplencia-no-fies-leva-queda-das-acoes-no-setor-de-educacao> Acesso em: 10 jun. 2019.

KOIKE, Beth. MEC e universidades começam a fazer as pazes. *Valor econômico*, São Paulo, 05 fev. 2016b. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/4425354/mec-e-universidades-comecam-fazer-pazes>. Acesso em: 10 mai. 2019.

KOIKE, Beth. Anima, Ser, Estácio e Kroton têm 27% do Fies. *Valor econômico*, São Paulo, 24 Jun. 2016c. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/4612713/anima-ser-estacio-e-kroton-tem-27-do-fies> Acesso em: 10 jun. 2019.

KOIKE, Beth. A partir de 2018, risco para as companhias vai aumentar *Valor econômico*, São Paulo, 07 jul. 2017a. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5029900/partir-de-2018-risco-para-companhias-vai-aumentar>. Acesso em: 10 jun. 2019.

KOIKE, Beth. Ensino básico atrai faculdades, fundos e até jogador de futebol. *Valor econômico*, São Paulo, 11 Set. 2017b. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5113586/ensino-basico-atrai-faculdades-fundos-e-ate-jogador-de-futebol> Acesso em: 10 jun. 2019.

KOIKE, Beth. Em reestruturação, Estácio demite até 1,5 mil. *Valor econômico*, São Paulo, 07 dez. 2017c. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5220121/em-reestruturacao-estacio-demite-ate-15-mil> Acesso em: 10 jun. 2019.

KOIKE, Beth. Escola para a classe C é novo foco de investidor. *Valor econômico*, São Paulo, 19 nov. 2018a. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5988053/escola-para-classe-c-e-novo-foco-de-investidor> Acesso em: 10 jun. 2019.

KOIKE, Beth. Fies tem o menor número de contratações desde 2010. *Valor econômico*, São Paulo, 30 Nov. 2018b. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/6006771/fies-tem-o-menor-numero-de-contratacoes-desde-2010> Acesso em: 10 jun. 2019.

KOIKE, Beth e MARCHESINI, Lucas. Cade rejeita criação de megagrupo de ensino, *Valor econômico*. São Paulo, 29 jun. 2017. Disponível em <https://www.valor.com.br/empresas/5020600/cade-rejeita-criacao-de-megagrupo-de-ensino>. Acesso em: 01 jun. 2019.

KOIKE, Beth. Instituições terão mais facilidade para abrir educação a distância. *Valor econômico*, Rio Grande do Sul, 26 mai. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/4982356/instituicoes-terao-mais-facilidade-para-abrir-educacao-distancia> Acesso em: 10 jun. 2019.

KOIKE, Beth. Receita menor com Fies afeta setor privado. *Valor econômico*, São Paulo, 14 Mai. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5521747/receita-menor-com-fies-afeta-setor-privado> Acesso em: 10 jun. 2019.

LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Flávia e CUNHA, Joana. Especialistas questionam eficiência da educação na gestão Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/especialistas-questionam-eficiencia-da-educacao-na-gestao-bolsonaro.shtml> Acesso em: 10 jun. 2019.

MACIEL, Edgar. Universidades vão precisar se reinventar. CBN. São Paulo, 3 set. 2015. Disponível em <http://cbn.globoradio.globo.com/series/geracao-diploma/2015/09/03/UNIVERSIDADES-VAO-PRECISAR-SE-REINVENTAR.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MANDEL. *O capitalismo tardio*. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. Lei da queda tendencial da taxa de lucro. In. *O Capital*, Livro 3, tomo 1. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996, pp. 161-200.

RITTNER, Daniel. Número de novas vagas de Fies cai 40%. *Valor econômico*, Brasília, 07 Fev. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/4860822/numero-de-novas-vagas-de-fies-cai-40> Acesso em: 10 jun. 2019.

SALDAÑA, Paulo. Educação perde R\$ 10,5 bi em 2015. Estadão Conteúdo. São Paulo, 2 jan. 2016. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas->

noticias/agencia-estado/2016/01/02/educacao-perde-r-105-bi-em-2015.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

SCRIVANO, Roberta. Estrangeiros correm por fora e negociam compra de universidades. *O Globo*, São Paulo, 16 Jul. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/estrangeiros-correm-por-fora-negociam-compra-de-universidades-19729698> Acesso em: 10 jun. 2019.

SIMÃO, Edna. Censo 2017 da Educação aponta queda no Fies e avanço no Prouni. *Valor econômico*, Brasília, 20 Set. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5865497/censo-2017-da-educacao-aponta-queda-no-fies-e-avanco-no-prouni> Acesso em: 10 jun. 2019.

SOUSA, Dayanne. Educação não vê ameaças ao Fies após eleições. *Estadão Conteúdo*, São Paulo, 8 jun. 2014. Disponível em <https://tnonline.uol.com.br/noticias/economia/34,269231,08,06,educacao-nao-ve-ameaca-ao-fies-apos-eleicoes.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

TRAINA -CHACON, José-Marcelo e CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. In: *Revista Iberoamericana de Educación Superior*. Vol. 6, Num. 17, set.-dez, pp. 78-100. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2007287215000372#bib0020>. Acesso em: 24 abr. 2019.

TROTSKY, Bonapartismo e Fascismo [1934]. 2018. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Bonapartismo-e-Fascismo-por-Leon-Trotsky>. Acesso em: 02 abr. 2019.